



1º TERMO ADITIVO AO CONVENIO Nº 028/2024

1º TERMO ADITIVO AO CONVENIO n.º 028/2024 QUE ENTRE SI, CELEBRAM O ESTADO DA BAHIA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA – SESAB/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE – FES/BA E O MUNICÍPIO DE JUAZEIRO/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O **ESTADO DA BAHIA**, por intermédio da **SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA – SESAB / FUNDO ESTADUAL DA SAÚDE – FES-BA**, com sede na Avenida Luiz Viana Filho, 4ª Avenida, n.º 400, Plataforma 06, Lado B, Centro Administrativo da Bahia – CAB, CEP n.º 41.745-002, Salvador - Bahia, CNPJ/MF n.º 05.816.630/0001-52, doravante denominado de **ESTADO**, representado neste ato, pelo seu titular a Secretária, Dra. **ROBERTA SILVA DE CARVALHO SANTANA**, portadora de Identidade Civil n.º. 07.257.737-15, expedida pela SSP/BA, inscrita no CPF/MF sob n.º 927.333.525-04, devidamente autorizado por Ato de Delegação com efeito a partir de 03 de janeiro de 2023, e publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia, no dia 04 de janeiro de 2023, e o **MUNICÍPIO DE JUAZEIRO/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, com sede na rua 15 de Julho - Centro, CEP n.º 48.903-400, Juazeiro - BA, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 11.145.615/0001-22, doravante denominado de **MUNICÍPIO**, representado neste ato pela Sr. **MARCOS ANDREI SOUZA GONCALVES DA SILVA**, Prefeito Municipal, portador de Identidade Civil n.º 1138189200, expedida pela SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob n.º 056.196.984-16, e pelo Sr. **HELDER SILVEIRA COUTINHO**, Secretário Municipal de Saúde, portador de Identidade Civil n.º 0945313071, expedida pela SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob n.º 017.095.905-80, resolvem celebrar o presente **Termo aditivo**, decorrente do processo administrativo n.º 019.5120.2021.0171848-12 que se regerá pela Lei estadual n.º 14.634/2023, Lei federal n.º 14.133/2021 e mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Técnica e Financeira tem por objeto a alteração da **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**, inerente ao Plano de Trabalho parte integrante do Convênio nº028/2024, para execução da "**Construção de 1 (uma) Unidade Básica de Saúde, para 1(uma) Equipe de Saúde da Família e 1(uma) Equipe de Saúde Bucal no município de Juazeiro – Bahia**", constante do processo SEI n.º. 019.5120.2021.0171848-12, que passa a integrar o presente convênio como se nele estivesse transcrito, conforme solicitação através do Ofício EXT. nº231/2025/GAB/SESAU.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

Em decorrência das alterações promovidas por este Termo Aditivo fica alterada a **CLÁUSULA**

SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO , prorrogando-se o instrumento até 17/12/2025, podendo ser prorrogado ou denunciado por um dos **PARTICIPES** desde que tal manifestação se faça de forma fundamentada e perfeitamente justificada, transcorrendo dentro do seu prazo de vigência no prazo mínimo de trinta (30) dias e aceita pelo outro **PARTICIPE**, ou quando por inadimplência de qualquer de suas cláusulas ou condições decorrentes de superveniência de norma legal, que o torne material ou formalmente inexecutável.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O **ESTADO** providenciará a publicação do extrato deste Termo Aditivo ao Convênio nº 028/2024, no Diário Oficial do Estado, nos termos da Lei Estadual nº. 14.634/2023.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

Ficam mantidas as demais cláusulas do instrumento originário, não contempladas pelo presente Termo.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Salvador, Capital do Estado da Bahia, como competente para dirimir as questões decorrentes deste instrumento. E por estarem de acordo, as partes firmam o presente Termo Aditivo ao Convênio, na presença de duas testemunhas que também o subscrevem, para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

Salvador, 01 de Setembro de 2025

ROBERTA SILVA DE CARVALHO SANTANA
SECRETÁRIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA

MARCOS ANDREI SOUZA GONCALVES DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL DE JUAZEIRO

HELDER SILVEIRA COUTINHO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JUAZEIRO



Documento assinado eletronicamente por **Helder Silveira Coutinho**, **Usuário Externo**, em 01/09/2025, às 16:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Andrei Souza Goncalves Da Silva**, **Usuário Externo**, em 02/09/2025, às 17:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roberta Silva de Carvalho Santana**, **Secretário(a) Estadual de Saúde**, em 03/09/2025, às 16:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
[https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **00119372301**
e o código CRC **49D00923**.



Referência: Processo nº 019.5120.2021.0171848-12

SEI nº 00119372301

Documento Assinado Digitalmente por: MARCOS ANDREI SOUZA GONCALVES DA SILVA - 30/10/2025 15:20:20
Acesse em: <https://e.icm.ba.gov.br/epi/validaDoc.seam> Código do documento: 4a6fd83-aa10-41cf-a29d-7208a462b195



TERMO DE CONVÊNIO

TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA N.º 028/2024, QUE ENTRE SI, CELEBRAM O ESTADO DA BAHIA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - SESAB/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FES/BA E O MUNICÍPIO DE JUAZEIRO/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O **ESTADO DA BAHIA**, por intermédio da **SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - SESAB / FUNDO ESTADUAL DA SAÚDE - FES-BA**, com sede na Avenida Luiz Viana Filho, 4ª Avenida, n.º 400, Plataforma 06, Lado B, Centro Administrativo da Bahia - CAB, CEP n.º 41.745-002, Salvador - Bahia, CNPJ/MF n.º 05.816.630/0001-52, doravante denominado de **ESTADO**, representado neste ato, pelo seu titular a Secretária, Dra. **ROBERTA SILVA DE CARVALHO SANTANA**, portadora de Identidade Civil n.º 07.257.737-15, expedida pela SSP/BA, inscrita no CPF/MF sob n.º 927.333.525-04, devidamente autorizado por Ato de Delegação com efeito a partir de 03 de janeiro de 2023, e publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia, no dia 04 de janeiro de 2023, e o **MUNICÍPIO DE JUAZEIRO/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, com sede na rua 15 de Julho - Centro, CEP n.º 48.903-400, Juazeiro - BA, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 11.145.615/0001-22, doravante denominado de **MUNICÍPIO**, representado neste ato pela Sr.ª **SUZANA ALEXANDRE DE CARVALHO RAMOS**, Prefeita Municipal, portadora de Identidade Civil n.º 04.155.307-17, expedida pela SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob n.º 449.126.845-20, e pela Sr.ª **ANA LÚCIA ALVES DA SILVA ARAÚJO**, Secretária Municipal de Saúde, portadora de Identidade Civil n.º 73.186.236-8, expedida pela SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob n.º 638.723.585-53, resolvem celebrar o presente **Termo de Convênio**, decorrente do processo administrativo n.º 019.5120.2021.0171848-12 que se regerá pela Lei estadual n.º 14.634/2023, Lei federal n.º 14.133/2021 e mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

- 1.1 O objeto do presente instrumento é a cooperação técnica e financeira entre o **ESTADO** e o **MUNICÍPIO** para a execução do projeto Construção de 1 (uma) Unidade Básica de Saúde, para 1(uma) Equipe de Saúde da Família e 1(uma) Equipe de Saúde Bucal no município de Juazeiro - Bahia, conforme as condições estabelecidas no Plano de Trabalho.
- 1.2 As obras e serviços de construção serão executadas no **Bairro Antônio Conselheiro no CAIC**.
- 1.3 Vinculam-se ao presente convênio, independentemente de transcrição:
 - a) Plano de trabalho;
 - b) Projeto básico ou termo de referência.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 3.1 O prazo de vigência do convênio é de 15 meses, a contar da data da assinatura do instrumento, podendo ser prorrogado, por solicitação do **MUNICÍPIO**, devidamente fundamentada, mediante a formalização de termo aditivo, desde que aprovado novo plano de trabalho e novo cronograma de execução.
- 3.2 Ocorrendo eventual impedimento, suspensão ou atraso no repasse dos recursos por parte do **ESTADO**, tendo em vista o cronograma de desembolso estabelecido no plano de trabalho, haverá a prorrogação automática do convênio, por período idêntico àquele pertinente ao atraso, o que deverá ser registrado por meio de apostila. (§2º do art. 42 da Lei n.º 14.634, de 2023).

CLÁUSULA TERCEIRA - RECURSOS FINANCEIROS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 3.1 Os recursos financeiros para execução do objeto deste convênio, no valor total de **R\$ 1.386.800,16** (Um milhão, trezentos e oitenta e seis mil oitocentos reais e dezasseis centavos), sendo **R\$ 1.248.120,15** (um milhão, duzentos e quarenta e oito mil, cento e vinte reais e quinze centavos), custeados pelo **ESTADO** e **R\$ 138.680,01** (cento e trinta e oito mil seiscentos e oitenta reais e um centavo), pelo **MUNICÍPIO**, a título de contrapartida, serão alocados de acordo com o cronograma de desembolso e utilizados em estrita conformidade com o plano de trabalho.
- 3.3.1 Os recursos custeados pelo **ESTADO** serão repassados através da seguinte dotação orçamentária:

	Unidade Gestora	Fonte	Projeto Atividade	Produto	Elemento de Despesa	Valor R\$
--	-----------------	-------	-------------------	---------	---------------------	-----------

operação de mercado aberto, lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos for em prazos menores que (trinta) dias.

5.9 As receitas financeiras auferidas serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto, devendo constar de um demonstrativo específico que integrará as prestações de contas apresentadas pelo **MUNICÍPIO**.

5.10 O repasse dos recursos previstos nesta cláusula ficará automaticamente suspenso e retidos os valores respectivos, até o saneamento da irregularidade, caso haja inadimplemento de quaisquer das obrigações previstas neste convênio, especificamente quando:

- a) não tiver havido comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pelo **ESTADO** ou pelos órgãos competentes do controle interno da administração;
- b) verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas e/ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do convênio, ou o inadimplemento do **MUNICÍPIO** relativamente a outras cláusulas do convênio;
- c) o **MUNICÍPIO** deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelo **ESTADO** ou pelos órgãos competentes do controle interno da administração.

CLÁUSULA SEXTA – EXECUÇÃO DA DESPESA

6.1 O presente convênio deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação aplicável.

6.2 É vedado ao **MUNICÍPIO**, sob pena de rescisão do ajuste:

I - utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos em finalidade diversa da estabelecida neste instrumento; II - realizar despesas em data anterior à vigência do convênio;

III - realizar licitação em desacordo com o estabelecido no projeto básico ou termo de referência;

IV - realizar o aproveitamento de licitação que utilize projeto de engenharia diferente daquele previamente aprovado;

V - iniciar a execução do objeto antes da emissão da autorização de início de obra, exceto quando se tratar dos recursos para atender às despesas relativas aos estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental, projetos básicos e executivos, além daquelas necessárias ao licenciamento ambiental;

VI - alterar o objeto do convênio, reformular os projetos básicos ou termos de referência, exceto para ampliação do objeto pactuado ou para redução ou exclusão de meta ou etapa, sem prejuízo da fruição ou funcionalidade do objeto, desde que as alterações tenham sido previamente aprovadas pelo **ESTADO**;

VII - efetuar pagamento em data posterior à vigência do convênio, salvo se o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência deste instrumento;

VIII - efetuar pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado público integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, a qualquer título e sob qualquer forma, diretamente ou através de terceiros;

IX - realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou outras formas de remuneração do partícipe;

X - realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no plano de trabalho;

XI - transferir recursos liberados pelo **ESTADO**, no todo ou em parte, a conta que não a vinculada ao presente Convênio;

XII - trespassar, ceder ou transferir a terceiros a execução do objeto do convênio, nos termos do inciso IX, do art. 43 da Lei estadual 14.634/2023;

XIII - realizar o aproveitamento de rendimentos para ampliação ou acréscimo de metas ao plano de trabalho pactuado, sem justificativa do **MUNICÍPIO** e autorização do **ESTADO**;

XIV - realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo, exceto no que se refere às multas e aos juros, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo **ESTADO** e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado.

CLÁUSULA SÉTIMA – CONTRATAÇÃO DE TERCEIRO

7.1 O **MUNICÍPIO** deverá observar, quando da contratação de terceiros com recursos do **ESTADO** vinculados à execução do objeto deste convênio, as disposições contidas na Lei federal nº 14.133, de 2021, Lei estadual nº 14.634/2023 e das demais leis e normativos vigentes que tratarem da matéria.

7.2 Os editais de licitação para consecução do objeto conveniado serão publicados pelo **MUNICÍPIO** após a assinatura do presente convênio, devendo a publicação do extrato dos editais observar as disposições da legislação específica aplicável ao respectivo processo licitatório.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DOS PARTICÍPES

8.1 Além dos compromissos gerais a que se submetem, por força deste convênio, os **PARTÍPES** se comprometem a:

8.1.1 ESTADO:

a) transferir ao **MUNICÍPIO** os recursos financeiros previstos para a execução deste convênio, de acordo com o cronograma de desembolso;

b) acompanhar, avaliar e aferir, sistematicamente, a execução física e financeira do objeto deste convênio, bem como verificar a regular





aplicação das parcelas de recursos;

c) comunicar quaisquer pendências de ordem técnica, jurídica, ambiental ou institucional ao MUNICÍPIO

para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;

d) verificar a realização do processo licitatório ou de contratação direta;

e) verificar a existência de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e Registro de Responsabilidade Técnica – RRT;

f) analisar e, se for o caso, aceitar as propostas de alteração do convênio e do seu plano de trabalho, observados os regramentos legais e a tempestividade, de forma que não haja prejuízo à execução do objeto;

g) reorientar ações e decidir quanto à aceitação de justificativas sobre impropriedades identificadas na execução do instrumento;

h) garantir disponibilidade de equipe técnica para que seja realizado, de forma regular, o acompanhamento das obras e serviços de engenharia, inclusive com visitas de campo preliminar;

i) dispor de estrutura física e equipe técnica adequadas para analisar as peças técnicas e documentais, acompanhar a execução física do objeto pactuado, e realizar a conformidade financeira e a análise da prestação de contas final;

j) divulgar atos normativos e orientar o MUNICÍPIO quanto à correta execução dos projetos e atividades;

k) instaurar eventual Tomada de Contas e processo de Reparação de Danos, observando os procedimentos e a formalização, de acordo com a legislação específica ao caso;

l) analisar a prestação de contas final dos instrumentos com base nos resultados da execução física e financeira, bem como de outros elementos que comprovem o cumprimento do objeto pactuado;

m) notificar o MUNICÍPIO quando não apresentada a prestação de contas ou se constatada a má aplicação dos recursos públicos transferidos; e

n) exigir que o MUNICÍPIO disponibilize, em seu sítio oficial na internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, o extrato do instrumento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação, o detalhamento da aplicação dos recursos e as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado;

o) registrar o MUNICÍPIO em cadastros de inadimplência;

p) apresentar, ao final de cada etapa e/ou fase prevista no plano de trabalho, laudo acerca do estágio de sua execução, atestando, em sendo o caso, o seu cumprimento, para liberação das parcelas correspondentes às etapas e/ou fases de execução seguintes;

q) providenciar o registro contábil adequado e manter atualizado controle sobre os recursos liberados e sobre as prestações de contas liberadas.

8.1.2 MUNICÍPIO:

a) manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este convênio em conta bancária específica, aberta em instituição financeira oficial, inclusive os resultantes de eventual aplicação financeira, bem assim aqueles oferecidos como contrapartida, utilizando cheque nominativo, ordem bancária, transferência eletrônica disponível ou outra modalidade de saque autorizada pelo Banco Central do Brasil, com identificação do destinatário e nomes dos credores, quando aplicável, somente se admitindo saques em espécie quando, excepcionada e justificadamente, restar inviável a utilização dos meios indicados;

b) aplicar os recursos financeiros de que trata este convênio em conformidade com o plano de trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações constantes neste instrumento relativas à execução das despesas;

c) proceder ao depósito da contrapartida pactuada neste instrumento, na conta bancária específica vinculada ao presente convênio, em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso do plano de trabalho;

d) aplicar os recursos financeiros recebidos e da contrapartida, bem como os rendimentos auferidos, fruto de sua aplicação financeira, exclusivamente, na consecução do objeto deste convênio, não sendo permitido o seu uso para qualquer outro fim;

e) executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no instrumento, observando prazos e custos, designando profissional habilitado no local da intervenção com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART;

f) garantir a existência de infraestrutura, utilidades, pessoal e licenças necessários à instalação e disponibilização dos equipamentos adquiridos;

g) apresentar documentos de titularidade dominial da área de intervenção, licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente, órgão ou entidade da esfera municipal, estadual, distrital ou federal, bem como concessionárias de serviços públicos, quando couber, nos termos da legislação aplicável;

h) submeter previamente ao **ESTADO** qualquer proposta de alteração do plano de trabalho aceito, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

i) realizar as atividades constantes no plano de trabalho com o acompanhamento do responsável técnico indicado;

j) realizar o procedimento de compras e contratações, sob sua inteira responsabilidade, observada a legislação vigente;

k) prever, no edital de licitação e no contrato administrativo de execução ou fornecimento, que a responsabilidade pela qualidade dos materiais e serviços executados ou fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ajustado;

l) exercer, na qualidade de contratante, a fiscalização sobre o contrato administrativo de execução ou fornecimento;

m) apresentar relatório de execução físico-financeiro, informando o percentual realizado do objeto e a sua compatibilidade com o montante financeiro dos recursos recebidos em atendimento dos fins propostos neste convênio;

n) assumir por sua conta e risco as despesas referentes às taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, bem como as despesas referentes a atrasos nos pagamentos;

o) assumir, sob sua única e exclusiva responsabilidade os encargos tributários, trabalhistas e previdenciários de todo o pessoal envolvido na execução do objeto deste convênio, que não terão qualquer vínculo empregatício ou relação de trabalho com o **ESTADO**;



- p) as receitas financeiras resultantes da aplicação no mercado financeiro dos recursos recebidos deverão ser utilizadas no objeto do convênio, estando sujeito às mesmas condições de prestações de contas exigidas para os recursos recebidos;
- q) restituir ao **ESTADO** os valores transferidos, acrescido de atualização monetária, quando não for executado o objeto, quando não apresentada devidamente a prestação de contas, ou quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa daquela prevista no instrumento;
- r) restituir eventual saldo de recursos, inclusive os rendimentos de aplicação financeira, conforme o caso, quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do instrumento;
- s) indicar profissional no âmbito do **MUNICÍPIO**, responsável pelo desenvolvimento do objeto, articulando com o **ESTADO**, para dirimir dúvidas, ajustes e aspectos relativos a desenvolvimento dos trabalhos;
- t) manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste convênio, para fins de fiscalização, acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos;
- u) facilitar o monitoramento e o acompanhamento do **ESTADO**, permitindo-lhe efetuar visitas in loco e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste convênio, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa à licitação realizada e aos contratos celebrados;
- v) permitir o livre acesso de servidores do **ESTADO** e dos órgãos de controle interno e externo, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este convênio, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
- w) apresentar a prestação de contas dos recursos recebidos por meio deste convênio, no prazo e forma estabelecidos neste instrumento, utilizando documentação idônea para comprovar os gastos respectivos;
- x) responder por todo e qualquer acontecimento que ocorra por força deste convênio, fazendo-se única detentora da gestão e dos deveres que tenham a ver com o mesmo;
- y) operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do convênio, de modo a assegurar a sustentabilidade do projeto e atender as finalidades sociais às quais se destina;
- z) assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação do **ESTADO** em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto descrito neste convênio, fazendo constar na divulgação através de quaisquer meios de comunicação, inclusive impressos, cartazes, painéis, faixas, etc. a seguinte expressão: "Esta obra conta com o apoio do **ESTADO DA BAHIA**, através da **SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA – SESAB**";
- aa) fornecer ao **ESTADO**, a qualquer tempo, informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e avaliação do processo;
- bb) instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do contrato ou gestão financeira do convênio, comunicando tal fato ao **ESTADO**.

CLÁUSULA NONA – ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO

- 9.1 O **ESTADO** exercerá as atribuições de acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução deste convênio, além do exame das despesas, com a avaliação técnica relativa à aplicação dos recursos repassados, a fim de verificar sua correta utilização, mediante a elaboração de relatórios, realização de inspeções e visitas, e atestação da satisfatória realização do objeto do convênio.
- 9.2 Fica assegurado ao **ESTADO** o livre acesso de seus técnicos credenciados para acompanhar, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos praticados, relacionados direta ou indiretamente a este convênio, quando em missão fiscalizadora e ou de auditoria.
- 9.3 O acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução deste convênio a cargo do **ESTADO** será executada:
- 9.3.1 O acompanhamento e monitoramento do **ESTADO** será executado pela **DIRETORIA DE CONVÊNIOS DO FESBA - DICONV/FESBA/COORDENAÇÃO DE ACOMPANHAMENTO**, através da Sra. **TAÍS ALICE MENDES BITENCOURT**, Cadastro: 19.597.098-2 e Sra. **CRISTINA MARIA JESUS DOS ANJOS CELES**, cadastro: 19.244.973-8, será realizado o acompanhamento e monitoramento das informações encaminhadas pelo responsável da fiscalização e avaliação da execução deste Convênio, e posteriormente encaminhando notificação ao município se necessário, inerente a execução plena do objeto pactuado.
- 9.3.2 À Avaliação da execução do objeto deste convênio a cargo do **ESTADO** será executado pelo gestor do **GABINETE DO SECRETÁRIO – GASEC / COORDENAÇÃO EXECUTIVA DE INFRAESTRUTURA DA REDE FÍSICA - CEIRF** - através do Sr. **MURILO SPÍNOLA CONCHA BAHIANSE** - Coordenador de Obras - cadastro: 920.903-08, o qual designará engenheiros para realização das vistorias correspondente a este objeto.
- 9.4 Em caso de afastamento, impedimento ou desligamento do servidor indicado dos quadros do **ESTADO**, deverá ser imediatamente designado substituto mediante registro em apostila.
- 9.5 O acompanhamento e a fiscalização exercidos pelo **ESTADO** não excluem e nem reduzem as responsabilidades do **MUNICÍPIO** de acompanhar e supervisionar a equipe e as ações desenvolvidas para execução do objeto deste convênio.
- 9.6 O **ESTADO** deverá realizar o acompanhamento e a conformidade financeira, verificando:
- I - a comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável;
- II - os pagamentos realizados pelo **MUNICÍPIO**;
- III - o cumprimento das metas do plano de trabalho nas condições estabelecidas, por meio da verificação da compatibilidade entre o pactuado e o efetivamente executado; e
- IV - as liberações de recursos do **ESTADO** e os aportes de contrapartida do **MUNICÍPIO**, conforme cronograma pactuado.
- 9.7 O **ESTADO** deverá realizar visita de campo preliminar e vistoria final in loco e, adicionalmente, vistorias intermediárias in loco.
- 9.8 Os processos, documentos ou informações referentes à execução deste instrumento não poderão ser sonegados aos servidores do **ESTADO** e dos órgãos de controle interno e externo.
- 9.9 Aquele que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação do **ESTADO** e dos órgãos de

controle interno e externo, no desempenho de suas funções institucionais relativas ao acompanhamento e fiscalização dos recursos transferidos, ficará sujeito à responsabilização administrativa, civil e penal.

9.10 Quaisquer pendências de ordem técnica, jurídica, ambiental ou institucional verificadas pelo **ESTADO** deverão ser informadas ao **MUNICÍPIO** para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos.

9.11 A utilização dos recursos em desconformidade com o pactuado no instrumento ensejará obrigação do **MUNICÍPIO** devolvê-los devidamente atualizados.

9.12 O **MUNICÍPIO** responde pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA – PRESTAÇÃO DE CONTAS

10.1 O **MUNICÍPIO** deverá encaminhar a prestação de contas dos recursos recebidos, bem como, da sua contrapartida,

10.2 A prestação de contas parcial será exigida quando a liberação de recursos ocorrer em 02 (duas) ou mais parcelas, como condicionante à liberação das parcelas seguintes, e conterá os seguintes documentos:

- a) ofício de encaminhamento;
- b) cópia do convênio e, se for o caso, dos Termos Aditivos, bem como da respectiva publicação no Diário Oficial do Estado;
- c) cópia do plano de trabalho devidamente aprovado;
- d) relatório de execução físico-financeira;
- e) relação dos pagamentos efetuados em razão do convênio e respectivos comprovantes;
- f) demonstrativo das origens e aplicações dos recursos, assinado por profissional responsável pela contabilidade, com indicação do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade;
- g) conciliação bancária, acompanhada de cópia do extrato da conta corrente específica, cópia dos documentos comprobatórios dos processos de licitação relativos ao período do recebimento e aplicação da parcela objeto da prestação de contas parcial, até o último pagamento;
- h) relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos com recursos do convênio;
- i) comprovante de depósito de contrapartida financeira;
- j) demonstrativos de rendimentos da aplicação financeira;
- k) cópia do processo licitatório ou de contratação direta;
- l) relatório fotográfico da fiscalização da execução física da obra, reforma, ampliação ou construção;
- m) Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT;
- n) folha de pagamento de empregados que trabalharam na obra, quando couber;
- o) cópia das guias de recolhimento ou pagamento dos tributos relativos a folha de pessoal/ encargos sociais – INSS, FGTS, IRRF, contribuição sindical, entre outros, quando couber;
- p) Laudo Técnico Parcial.

10.3 A prestação de contas final será apresentada no prazo de 60 (sessenta) dias do término da vigência do convênio e será composta, além dos documentos constantes no item 10.2 desta cláusula e das informações registradas pelo **MUNICÍPIO** nas prestações de contas parciais, pelo seguinte:

- a) Relatório de Cumprimento do Objeto, devendo conter os subsídios necessários para a avaliação e manifestação do gestor quanto a efetiva conclusão do objeto pactuado;
- b) Declaração de realização dos objetivos a que se propunha o instrumento;
- c) Comprovante do recolhimento do saldo de recursos, quando houver;
- d) Laudo Técnico Final;
- e) Termo de Entrega/ Aceitação Definitiva da Obra;
- f) Cópia das Plantas e Memorial Descritivo da Obra;
- g) Termo de compromisso por meio do qual o **MUNICÍPIO** será obrigado a manter os documentos relacionados ao instrumento, nos termos da legislação vigente.

10.4 Na prestação de contas final será dispensada a apresentação, relativamente aos documentos mencionados nas alíneas de "e" a "h" do item 10.2, daqueles já apresentados nas prestações de contas parciais.

10.5 O relatório de execução físico-financeira, referido na alínea "d" do item 10.2 deverá informar o percentual da realização do objeto do convênio e sua compatibilidade com o montante financeiro dos recursos recebidos e atendimento dos fins propostos.

10.6 O relatório de execução físico-financeira deverá informar se o seu recebimento é provisório ou definitivo e apresentar certidões de quitação dos encargos incidentes sobre a obra, bem como, documento hábil expedido pelo órgão competente do Poder Público Municipal que liberou a obra para utilização, nos fins autorizados, quando cabível.

10.7 Transcorrido o período previsto no cronograma de execução para cumprimento das etapas e/ou fases de execução correspondente ao montante dos recursos já recebidos sem que tenha sido apresentada a prestação de contas respectiva, o **MUNICÍPIO** será registrado, em cadastros de inadimplência, como inadimplente.

10.8 A aprovação da prestação de contas fica condicionada à verificação da regularidade dos documentos apresentados, bem assim à certificação do cumprimento das etapas e/ou fases de execução correspondente, mediante parecer circunstanciado pelo servidor

responsável do acompanhamento e monitoramento do convênio.

10.9 A prestação de contas não exime o **MUNICÍPIO** de comprovar a regular aplicação dos recursos ao Tribunal de Contas do Estado e a outros órgãos de controle interno e externo da Administração, nos termos da legislação específica vigente.

10.10 Cabe ao representante legal, ao prefeito ou sucessor prestar contas dos recursos provenientes deste instrumento.

10.11 Na impossibilidade de atender ao disposto no item 10.10, desta cláusula, deverá ser apresentado ao **ESTADO**, justificativas que demonstrem o impedimento de prestar contas e as medidas adotadas para o resguardo do patrimônio público.

10.12 Quando a impossibilidade de prestar contas decorrer de ação ou omissão do antecessor, o novo administrador solicitará ao **ESTADO** a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ALTERAÇÃO DO CONVÊNIO

11.1 Este convênio poderá ser alterado mediante proposta de qualquer das partes.

11.2 A alteração do convênio dependerá de revisão do plano de trabalho e de expressa e motivada autorização da autoridade competente, comprovada a execução das etapas e/ou fases de execução anteriores com a devida prestação de contas, sendo vedada a modificação do objeto original.

11.3 A alteração do convênio e a prorrogação do prazo de vigência serão formalizadas por termo aditivo desde que solicitada e devidamente justificada dentro do prazo da sua vigência e em conformidade com a legislação em vigor.

11.4 Em caso de impedimento, suspensão ou atraso no repasse dos recursos, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, (§2º do art. 45 da Lei estadual nº 14.634/2023).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DENÚNCIA, RESCISÃO E EXTINÇÃO

12.1 O presente convênio poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, vedada qualquer cláusula obrigatória de permanência ou sancionadora dos denunciantes;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

b) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incoerção em qualquer documento apresentado; e

c) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial;

III - extinto, quando não tiver ocorrido repasse de recursos nos prazos estabelecidos no instrumento.

12.2 Quando da denúncia ou rescisão do instrumento, o **MUNICÍPIO** deverá:

I - devolver os saldos remanescentes, inclusive aqueles oriundos de rendimentos de aplicações financeiras, em até 30 (trinta) dias; e

II - apresentar a prestação de contas final em até 60 (sessenta) dias.

12.3 A rescisão do convênio decorrente de dano ao erário provocado por ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, enseja a instauração de Tomada de Contas Especial, de acordo com a legislação específica, exceto se houver a devolução dos recursos devidamente corrigidos, sem prejuízo, no último caso, da continuidade da apuração, por medidas administrativas próprias, quando identificadas outras irregularidades decorrentes do ato praticado.

12.4 O **ESTADO** publicará no Diário Oficial do Estado a denúncia, rescisão ou extinção.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PESSOAL

13.1 O **MUNICÍPIO** se responsabiliza por todo pessoal utilizado na execução do objeto deste convênio, que não terá relação jurídica de qualquer natureza com o **ESTADO**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DIVULGAÇÃO

14.1 Em todas as ações de Marketing Institucional ou Promocional relacionadas com o objeto do presente convênio será obrigatoriamente destacada a participação do **ESTADO** através da **Secretaria da Saúde do Estado da Bahia -SESAB**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1 A eficácia do presente Convênio fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, a qual deverá ser providenciada pelo **ESTADO** no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

16.1 Fica pactuado que os atos de comunicação processual com o **MUNICÍPIO** poderão ser realizados por meio eletrônico, na forma do disposto na Lei n.º 12.290, de 20 de abril de 2011, e do Decreto n.º 15.805, de 30 de dezembro de 2014.

16.1.1 O **MUNICÍPIO** deverá manter atualizado o endereço eletrônico cadastrado no Sistema Eletrônico de Informações - SEI para efeito do recebimento de notificação e intimação de atos processuais, conforme Decreto estadual n.º 17.983, de 24 de outubro de 2017.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS



17.1 Os casos omissos serão dirimidos pelo **ESTADO**, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, na Lei n.º 14.133, de 2023, e demais normas aplicáveis.

17.2 Na contagem dos prazos estabelecidos neste convênio, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, nos termos do art. 183 da Lei n.º 14.133, de 2021.

17.3 Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1 As partes elegem o Foro da Cidade do Salvador, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solucionar quaisquer dúvidas oriundas deste instrumento que não puderem ser dirimidas por quaisquer dos meios alternativos resolução de controvérsias de que trata a Lei n.º 14.133, de 2021.

Salvador, 17 de Junho de 2024.

ROBERTA SILVA DE CARVALHO SANTANA
SECRETÁRIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA

SUZANA ALEXANDRE DE CARVALHO
PREFEITA MUNICIPAL DE JUAZEIRO

ANA LÚCIA ALVES DA SILVA ARAÚJO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JUAZEIRO



Documento assinado eletronicamente por **SUZANA ALEXANDRE DE CARVALHO RAMOS**, Usuário Externo, em 17/06/2024, às 17:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Lúcia Alves Da Silva Araújo**, Usuário Externo, em 17/06/2024, às 17:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roberta Silva de Carvalho Santana**, Secretário(a) Estadual de Saúde, em 17/06/2024, às 18:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_sistema=0, informando o código verificador **00090033919** e o código CBC **25C418D1**.



OBJETO: contratação de Serviço de licença de uso de software neste Complexo Hospitalar, no período de 23/12/2023 a 22/01/2024, mencionado na nota fiscal nº 38358, totalizando um valor de R\$59.916,66 (cinquenta e nove mil novecentos e dezesseis reais e sessenta e seis centavos). Amparo Legal: artigo 64 da Lei Estadual nº 14.634/2023, art. 149 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 181-A/1991. Data da assinatura do Termo de Reconhecimento de Débito: 21/06/2024. Vitória da Conquista, Bahia, 22/06/2024. Gerardo Azevedo Júnior - Diretor Geral.

HOSPITAL GERAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA - SESAB RESUMO DE TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÉBITO, INDENIZAÇÃO E QUITAÇÃO DE CRÉDITOS SEI: 019.9087.2024.0076866-58

CONTRATANTE: SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - SESAB, através do HOSPITAL GERAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA - HGVC; CONTRATADA NORDESTE IMPLANTES LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 18.451.598/0001-09, OBJETO: Aquisição de Órtese, Prótese e Materiais Especiais - OPME, existente na tabela SUS, sem respaldo contratual, no período de 01/04/2024 a 30/04/2024 conforme mencionado na nota fiscal nº 34.847, nº 34.848, nº 34.849, nº 34.850, nº 34.854, nº 34.853, nº 34.855, nº 34.857, nº 34.875, nº 34.858, nº 34.859, nº 34.870, nº 34.879, nº 34.881, nº 34.884, nº 34.880, nº 34.882, nº 34.883, totalizando o valor de R\$ 15.611,74 (quinze mil seiscentos e onze reais e setenta e quatro centavos). Amparo Legal: artigo 64 da Lei Estadual nº 14.634/2023, art. 149 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 181-A/1991. Data da assinatura do Termo de Reconhecimento de Débito: 21/06/2024. Vitória da Conquista, Bahia, 22/06/2024. Gerardo Azevedo Júnior - Diretor Geral.

SESAB - SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA
HOSPITAL GERAL PRADO VALADARES - JEQUIÉ/BA

RESUMO DO TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÉBITO, INDENIZAÇÃO E QUITAÇÃO DE CRÉDITOS.

Processo SEI nº 019.10243.2024.0087891-32. O Estado da Bahia através da Secretária da Saúde reconhece o ressarcimento relativo às despesas, que forneceu o material de órtese e prótese ao HGPV a Empresa BAHIA TRAUMA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 03.560.833/0001-03, no Valor de R\$ 24.169,75 (vinte e quatro mil cento e sessenta e nove reais e quarenta e setenta e cinco centavos), conforme Notas Fiscais nº 178410, 178370, 178382, 178397, 178400, 178394, 178407, 178460, 178444, 178367, 178416, 178432, 178435, 178438, 178404, 178385, 178413, 178426, 178379, 178457, 178441, 178429, 178419, 178447, 178448, 178454, 178403, 178451, 178376, 178422, 178425, 178373 e 176758, para Hospital Geral Prado Valadares. Data da assinatura 21/06/2024 - Dotação orçamentária: Fonte: 130 - Projeto/Atividade: 2641. Elemento da Despesa: 33.90.30. Jequié-BA, 21 de junho de 2024. ROBERTA SILVA DE CARVALHO SANTANA - Secretária Estadual de Saúde.

SESAB - HOSPITAL GERAL PRADO VALADARES/JEQUIÉ-BA
COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO E COMPRAS
AVISO DE CONVOCAÇÃO

A Coordenação de Planejamento e Compras do Hospital Geral Prado Valadares, no uso de suas atribuições CONVOCA a(s) empresa(s) abaixo relacionada para devolver a AFM assinada no prazo máximo de até 5 dias corridos, sob pena prevista na Lei 9.433/2005.

EMPRESA	Nº R.P.I.E	AF/MAIS
MH COMERCIO DE PAPELARIA ELETROELE- TONICOS E INFORMATICA LTDA	D.E 19.102.2024.0115	19.102.00865/2024
SILLAS WILLIAM DURAN BARRETO	D.E 19.102.2024.0115	19.102.00866/2024
ANTONIO CARLOS BARRETO DE ARAUJO JUNIOR	D.E 19.102.2024.0106	19.102.00814/2024
CSO EMPREEDIMENTOS LTDA	RP/PE 075/2023	19.102.00716/2024
MURILO DE JESUS SANTOS	RP/PE 122/2023	19.102.00520/2024
PATAMARES MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA	RP/PE 122/2023 RP/PE 122/2023	19.102.00521/2024 19.102.00523/2024
SSP COMERCIAL DE DIAMANTE LTDA	RP/PE 122/2023	19.102.00522/2024
ROTA 66 MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇO LTDA	RP/PE 107/2023 RP/PE 107/2023	19.102.00524/2024 19.102.00525/2024
ELISABETH SILVA MENEZES EIRELI	RP/PE 845/2023 RP/PE 845/2023 RP/PE 845/2023 RP/PE 710/2023	19.102.00802/2024 19.102.00863/2024 19.102.00864/2024 19.102.00847/2024
MEDICAL CENTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	RP/PE 693/2023	19.102.01029/2024
DISTRIBUIDORA VL FARM LTDA	RP/PE 358/2023	19.102.01030/2024
AMAD MEDICAL COMERCIO DE MATERIAL MEDICO LTDA	RP/PE 710/2023	19.102.00818/2024
KORAL HOSPITALAR LTDA	RP/PE 170/2023	19.102.00819/2024
T.D & V COMERCIO DE PRODUTOS ODONTO- LOGICOS E HOSPITALARES LTDA	RP/PE 697/2023 RP/PE 849/2023	19.102.00661/2024 19.102.00662/2024

Jequié, 21 de junho de 2024.

Felipe Barreto Evangelista
Coordenador de Planejamento e Compras

MATERNIDADE TSYLLA BALBINO - PROCESSO SEI 019.9599.2024.0097467-88
AVISO DE RETIFICAÇÃO

A Maternidade Tsylla Balbino, vem retificar a publicação no DOE de 20 de junho de 2024 - ANO CVIII - Nº 23.935. Caderno de Licitações, página 23, referente TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÉBITO, INDENIZAÇÃO E QUITAÇÃO DE CRÉDITOS - Leia-se, serviços de análises laboratoriais e diagnósticos por anatomia patológica, citopatologia e imunopatologia dos usuários do Sistema de Saúde - SUS, atendidos na Maternidade Tsylla Balbino, executados no mês de maio/2024.

Rita de Cássia Calá Vieira Gramacho
Diretora Geral

Fundo Estadual de Saúde do Estado da Bahia

Onde se lê: Resumo do Termo de Convênio nº. 028/2024. Convenientes: O Estado da Bahia, por intermédio da SESAB - CNPJ/MF nº. 05.816.630/0001-52 e o Município de Juazeiro/Fundo Municipal de Saúde, CNPJ/MF nº. 11.145.615/0001-22 Objeto: Construção de 01 (uma) Unidade Básica de Saúde para 01 (uma) Equipe de Saúde da Família e 01 (uma) Equipe de Saúde Bucal no Bairro Antônio Conselheiro no CAIC. No valor total de R\$ 1.386.800,16 (Um milhão trezentos e oitenta e seis mil, oitocentos reais e dezesseis centavos) sendo R\$ 1.317.460,15 (Um milhão trezentos e dezessete mil, quatrocentos e sessenta reais e quinze centavos) custeados pela CONCEDENTE e R\$ 69.340,01 (Sessenta e nove mil, trezentos e quarenta reais e um centavo) a título de contrapartida por parte do CONVENIENTE. Vigência: 15 meses. Assina: em 17 de junho de 2024, Roberta Silva de Carvalho Santana - Secretária da Saúde do Estado da Bahia, CPF/MF nº 927.333.525-04. Suzana Alexandre de Carvalho - Prefeita Municipal, CPF/MF nº 449.126.845-20 Ana Lúcia Alves da Silva Araújo - Secretária Municipal de Saúde CPF/MF nº. 638.723.585-53.

Leia-se: Resumo do Termo de Convênio nº. 028/2024. Convenientes: O Estado da Bahia, por intermédio da SESAB - CNPJ/MF nº. 05.816.630/0001-52 e o Município de Juazeiro/Fundo Municipal de Saúde, CNPJ/MF nº. 11.145.615/0001-22 Objeto: Construção de 01 (uma) Unidade Básica de Saúde para 01 (uma) Equipe de Saúde da Família e 01 (uma) Equipe de Saúde Bucal no Bairro Antônio Conselheiro no CAIC. No valor total R\$ 1.386.800,16 (Um milhão, trezentos e oitenta e seis mil oitocentos reais e dezesseis centavos), sendo R\$ 1.248.120,15 (um milhão, duzentos e quarenta e oito mil, cento e vinte reais e quinze centavos), custeados pelo CONCEDENTE e R\$ 138.680,01 (cento e trinta e oito mil seiscentos e oitenta reais e um centavo), a título de contrapartida por parte do CONVENIENTE. Vigência: 15 meses. Assina: em 17 de junho de 2024, Dra. Roberta Silva de Carvalho Santana - Secretária da Saúde do Estado da Bahia, CPF/MF nº 927.333.525-04. Sra. Suzana Alexandre de Carvalho - Prefeita Municipal, CPF/MF nº 449.126.845-20 Sra. Ana Lúcia Alves da Silva Araújo - Secretária Municipal de Saúde CPF/MF nº. 638.723.585-53.

ROBERTA SILVA DE CARVALHO SANTANA
SECRETÁRIA DA SAÚDE

1º TERMO DE RERRATIFICAÇÃO DO CONVÊNIO Nº 025/2024, ELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA E O MUNICÍPIO DE CORONEL JOÃO SÁ

O ESTADO DA BAHIA, por intermédio da SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - SESAB / FUNDO ESTADUAL DA SAÚDE - FES-BA, com sede na Avenida Luiz Viana Filho, 4ª Avenida, nº 400, Plataforma 06, Lado B, Centro Administrativo da Bahia - CAB, CEP nº 41.745-002, Salvador, Bahia, CNPJ/MF nº 05.816.630/0001-52, doravante denominado de ESTADO, representado neste ato, pelo seu titular a Secretária, Sra. Roberta Silva de Carvalho Santana, portadora da Identidade Civil nº. 07.257.737-15, expedida pela SSP/BA, inscrita no CPF/MF sob nº 927.333.525-04, devidamente autorizado por Ato de Delegação com efeito a partir de 03 de janeiro de 2023, e publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia, no dia 04 de janeiro de 2023, e o MUNICÍPIO DE CORONEL JOÃO SÁ/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Rua 15 de Novembro, S/Nº, Centro, CEP nº 48.590-000, CORONEL JOÃO SÁ, BAHIA, inscrito no CNPJ/MF sob nº 11.230.759/0001-87, doravante denominado de MUNICÍPIO, representado neste ato por Carlos Augusto Silveira Sobral, Prefeito Municipal, portador de Identidade Civil nº 1.030.137, expedida pela SSP/SE, inscrito no CPF/MF sob nº 533.016.175-49, e pela Sra. Audicelia Santos Dias, Secretária Municipal de Saúde, portador de Identidade Civil nº 4.640.224-10, expedida pela SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob nº 534.554.795-53, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, decorrente do processo administrativo nº 019.5120.2024.0044800-11 que se regerá pela Lei estadual nº 14.634/2023, Lei federal nº 14.133/2021 e mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Rerratificação objetiva retificar a Agência Bancária indicada na Cláusula Quinta, alínea 5.5 do Termo de Convênio 025/2024.

Onde se lê: Agência 3916-6

Leia-se: Agência 3913-6

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

As demais cláusulas e condições do convênio original permanecem inalteradas.

ROBERTA SILVA DE CARVALHO DE SANTANA
SECRETÁRIA DA SAÚDE



Artigo 4º - Os coordenadores e/ou equivalentes deverão zelar pelo fiel cumprimento desta portaria, dando ciência a todos os servidores que lhe são subordinados.

Artigo 5º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Salvador, 17 de Junho de 2024.

Arnaldo Nizinski de Ávila
Diretor Geral / IMACI

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA
HOSPITAL GERAL DE PIAUÍ
Portaria nº 14/2024 de 17 de Junho de 2024.

O Diretor Geral do Hospital Geral de Piauí, no uso de suas atribuições, conferidas pelo decreto-império de 18/12/2022, publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia nº 23.363 de 20/12/2022,

Artigo - 1º - Fica determinado que nenhum servidor lotado em setores essenciais poderá ausentar-se do serviço durante o seu horário de trabalho, nem após o seu término, sem a presença do seu substituto.

Artigo - 2º - O servidor escalado que faltar ao serviço nos dias de 22 a 25/06/2024 e de 27/06 a 02/07/2024, sem prévia justificativa, principalmente aqueles servidores, cuja ausência venha causar prejuízo à assistência ao paciente, será punido nos termos do Artigo 167 da Lei 8877/94 de 28.09.94.

Artigo - 3º - Os Atestados Médicos concedidos mediante atestados expedidos por profissionais Medicina ou Odontólogos deverão ser acompanhados de Relatório Médico concomitante.

Artigo - 4º - Os Coordenadores e/ou equivalentes, deverão zelar pelo fiel cumprimento desta Portaria devendo dar ciência a todos os servidores que lhe são subordinados.

Artigo - 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Piauí, 17 de junho de 2024.

Daniel Silva Fernandes Dias
Diretor Geral - HGI

Fundo Estadual de Saúde do Estado da Bahia

Resumo do Termo de Convênio nº 026/2024. Conveniente: O Estado da Bahia, por intermédio da SEBAS - CNPJ nº 06.819.830/0001-52 e o Município de Juazeiro/Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.145.615/0001-22. Objeto: Construção de 01 (uma) Unidade Básica de Saúde para 01 (uma) Equipe de Saúde da Família e 01 (uma) Equipe de Saúde Bucal no Bairro Antônio Conselheiro no CAIC. No valor total de R\$ 1.395.820,16 (Um milhão trezentos e noventa e seis mil, oitocentos reais e dezessete centavos) sendo R\$ 1.317.460,15 (Um milhão trezentos e dezessete mil, quatrocentos e sessenta reais e quinze centavos) custeados pelo CONCEDENTE e R\$ 78.360,01 (Bessento e nove mil, trezentos e quarenta reais e um centavo) a título de contrapartida por parte do CONVENIENTE. Vigência: 15 meses. Assin: em 17 de junho de 2024, Roberto Silva de Carvalho Santana - Secretário da Saúde do Estado da Bahia, CPF/MF nº 927.333.525-04, Suzana Alexandre de Carvalho - Prefeita Municipal, CPF/MF nº 449.120.845-20 e Ana Lídia Alves da Silva Araújo - Secretária Municipal de Saúde CPF/MF nº 638.723.585-63.

ROBERTA SILVA DE CARVALHO SANTANA
SECRETARIA DA SAÚDE

Fundação de Hematologia e Hemoterapia da Bahia - HEMOBA

Portaria Nº 00802147 de 17 de Junho de 2024

O(A) Diretor Geral do(a) FUNDO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DA BA - HEMOBA, no uso de suas atribuições, resolve designar MARILIA BRIM DE MENEZES MONTEIRO, matrícula nº 56495518, para, em razão de Gozo Férias Oportuno no período de 17 de Junho de 2024 a 01 de Julho de 2024, substituir ADRIANA SOUSA NOGUEIRA RAMOS, matrícula nº 82813971, no cargo Coordenador Técnico, do(a) COORD DE LABORATÓRIO.

LUIZ GONZAGA CATTO
FUNDO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DA BA

Portaria Nº 00802342 de 17 de Junho de 2024

O(A) Diretor Geral do(a) FUNDO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DA BA - HEMOBA, no uso de suas atribuições, resolve designar RAIMUNDA ARAUJO MONTEIRO, matrícula nº 92002369, para, em razão de Gozo Férias Oportuno no período de 25 de Junho de 2024 a 04 de Julho de 2024, substituir DIEGO FIGUEIREDO PORTO CAL, matrícula nº 95540366, no cargo Coordenador Técnico, do(a) DIRM/COORD DE RECURSOS HUMANOS.

LUIZ GONZAGA CATTO
FUNDO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DA BA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Portaria Nº 00992273 de 17 de Junho de 2024

O(A) SECRETÁRIO(A) DE ESTADO do(a) SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA - SSP, no uso de suas atribuições legais, resolve nomear o(s) lotado(s) abaixo para o cargo em comissão:

Nome	Cargo	Símbolo	Unidade	Data Início
CLAUDIONOR FIMMEL TEIXEIRA	Secretário Administrativo	DAJ-5	CHEFIA DE GABINETE DA SSP	15 de Junho de 2024

MARCELO WERNER DERSCHUM FILHO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Portaria Nº 51430876 de 17 de Junho de 2024

O(A) SECRETÁRIO(A) DE ESTADO do(a) SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA - SSP, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no(a) art. 104 da Lei nº 6.867, de 25 de setembro de 1994, resolve nomear para Férias presenciais, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de publicação desta portaria, nos termos do(a) arts. 145 e 151 da Lei nº 6.577, de 26 de setembro de 1994, o(s) servidor(es):

Matrícula	Nome	Data saída
25425406	GILFREDO LISAND DE SOUZA	14.06.2024
35457118	RENATO AMOEDO NADER RODRIGUES	17.06.2024

MARCELO WERNER DERSCHUM FILHO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Portaria Nº 00991399 de 17 de Junho de 2024

O(A) SECRETÁRIO(A) DE ESTADO do(a) SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA - SSP, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no(a) art. 104 da Lei nº 6.867, de 25 de setembro de 1994, resolve conceder Licença para Concorrer a Mandato Eletivo do(a) servidor(es) abaixo relacionado(s) pertencente(s) ao Quadro de Pessoal do(a) POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DA BAHIA, sem prejuízo da remuneração, em virtude de ser candidato (a) a cargo eletivo, de acordo com a Legislação Eleitoral devendo, em tempo oportuno, apresentar comprovante de registro da candidatura, sob pena das sanções cabíveis.

Matrícula	Nome	Cargo	Data Início	Data Fim
21746625	KLEBER ROSA DE SOUZA	Investigador de polícia	06.07.2024	08.10.2024

MARCELO WERNER DERSCHUM FILHO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Portaria Nº 00991576 de 17 de Junho de 2024

O(A) SECRETÁRIO(A) DE ESTADO do(a) SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA - SSP, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no(a) Regulamento Interno, resolve designar, a partir de 15 de Junho de 2024, DANIELA FALCAO SAMPAIO, matrícula nº 20339130, para responder pelo expediente do cargo em comissão Coordenador II, símbolo DAS-3, no(a) COORDENAÇÃO DE ENGENHARIA LEGAL.

MARCELO WERNER DERSCHUM FILHO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Portaria Nº 00990729 de 17 de Junho de 2024

O(A) SECRETÁRIO(A) DE ESTADO do(a) SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA - SSP, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no(a) art. 104 da Lei nº 6.867, de 25 de setembro de 1994, resolve conceder Licença para Concorrer a Mandato Eletivo do(a) servidor(es) abaixo relacionado(s) pertencente(s) ao Quadro de Pessoal do(a) POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DA BAHIA, sem prejuízo da remuneração, em virtude de ser candidato (a) a cargo eletivo, de acordo com a Legislação Eleitoral devendo, em tempo oportuno, apresentar comprovante de registro da candidatura, sob pena das sanções cabíveis.

Matrícula	Nome	Cargo	Data Início	Data Fim
12578103	GILENE DA SILVA AMOS NUNES	Escritor de polícia	06.07.2024	08.10.2024

MARCELO WERNER DERSCHUM FILHO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Portaria Nº 00990743 de 17 de Junho de 2024

O(A) SECRETÁRIO(A) DE ESTADO do(a) SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA - SSP, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no(a) art. 104 da Lei nº 6.867, de 25 de setembro de 1994, resolve conceder Licença para Concorrer a Mandato Eletivo do(a) servidor(es) abaixo relacionado(s) pertencente(s) ao Quadro de Pessoal do(a) POLÍCIA CIVIL DO ESTADO